

O CURRÍCULO E A EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO

Fábio Cunha Sousa

Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Marcílio Souza Júnior

Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o currículo da educação física na rede estadual de ensino de Pernambuco. Metodologicamente, foi elaborado através de uma pesquisa qualitativa, utilizando o estudo da literatura, de documentos curriculares e de depoimentos coletados por entrevista semiestruturada com sujeitos participantes da construção da atual (2012) proposta curricular, e a análise de conteúdo categorial por temática para as inferências e interpretações dos dados diante do objeto de estudo. Como conclusão, reconhecemos aspectos de um currículo numa concepção interativa práxica, construído numa relação entre teoria e prática e com a participação de vários atores sociais em especial a efetiva integração de professores na construção curricular.

Palavras-chave: Currículo. Educação Física. Treinamento.

Apresentação

A intenção de investigar o currículo da Educação Física na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco surgiu da dificuldade de reconhecer, na nossa própria prática pedagógica, a presença de propostas curriculares no cotidiano escolar, pois, nos dez anos de magistério, em escolas da rede pública de ensino que lecionamos, em nenhuma delas, encontramos uma estruturação do conhecimento com conteúdos selecionados, organizados e sistematizados nas aulas de educação física. Assim, perguntávamos: o que é currículo e como se deu sua construção na rede estadual de ensino de Pernambuco, na área da Educação Física? Por que este afastamento entre propostas curriculares e o cotidiano escolar?

Diante desses questionamentos, apresentamos dados de uma pesquisa relacionada à construção das Orientações Teórico-Metodológi-

cas de Educação Física (OTMs), como é conhecida a atual (2012) proposta curricular para o Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2010). As OTMs de educação física estão sendo implantadas nesta gestão 2011-2014 e são um documento institucional produzido na gestão anterior 2007-2010 do Governo Estadual de Pernambuco¹, durante o processo de formação continuada em serviço. Estão disponíveis no site da Secretaria de Educação do referido Estado.

O percurso da pesquisa

A metodologia utilizada para este trabalho seguiu os fundamentos e procedimentos de uma pesquisa qualitativa (ANDRÉ, 2004), utilizando a literatura específica das áreas de Educação e Educação Física, como também as bases de dados da internet para o aporte teórico das categorias e objeto de investigação, assim como no campo empírico. Além disso, entrevistamos onze participantes envolvidos no processo de construção curricular do Estado de Pernambuco (gestão 2007-2010), fazendo uso da entrevista semiestruturada para coleta de dados empíricos.

Nossos entrevistados foram sujeitos com representações da gestão central e da equipe de elaboração. Esses apresentam formações diversas e desempenham funções diferentes na construção curricular, sendo, Gestor Central (GC)², Equipe da SEDE (ES1) e (ES2)³, Assessores (A2) e (A3)⁴, Professores da Rede - Especialistas (PR-Esp1) e (PR-Esp2)⁵, Professores da Rede - Formadores (PR-F1) e (PR-F2)⁶, Professores da Rede (PR1) e (PR2)⁷. As siglas dos entrevis-

1-As duas gestões aqui citadas são do Governador Eduardo Campos – PSB.

2-Sujeito ocupante de cargo numa diretoria da gestão central responsável pelo processo de elaboração da política curricular.

3-Sujeitos da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Educacional (SEDE) que intermediavam a gestão central e a relação entre assessores e professores da rede.

4-Sujeitos professores de Universidade, convocados para assessorar o processo de elaboração e implantação curricular.

5-Sujeitos professores da Rede Estadual, especialistas em temáticas da Educação Física, com mestrado em educação que conduziam o processo de elaboração e implantação curricular.

6-Sujeitos professores da Rede Estadual, responsáveis por atividades de formação em seminários de elaboração e implantação curricular.

7-Sujeitos professores da Rede Estadual partícipes do processo sem ocupação de

tados⁸ representam as funções que cada um exerceu no processo de construção curricular e mantêm seu anonimato.

Para análise dos dados coletados nos subsidiamos da análise de conteúdo categorial por temática, que, segundo Bardin (2011) se constitui numa ação de desmembramento do texto analisado em categorias, para posterior reagrupamento analítico. Essas categorias são classificadas em analíticas e empíricas. As categorias analíticas trazem uma apreensão do objeto estudado de forma mais ampla, geral, sendo base para reflexão teórica do objeto e dados. Enquanto que as categorias empíricas têm uma relação com o objeto, mais operacional, pois advêm dos dados empíricos do campo. Para esta pesquisa, elencamos as categorias analíticas currículo e formação continuada, e as categorias empíricas produto e processo da construção curricular. No entanto, para este texto, trataremos apenas da categoria analítica currículo e da categoria empírica/unidade de contexto processo de construção curricular.

Currículo e seus entendimentos

Para Matias (2008) a definição de currículo não é uma atividade simples, pois, o conceito de currículo tem sofrido muita divergência no campo educacional e essa divergência tem distorcido seu significado ocasionando implicações na sua essência. “[...] O currículo deve ser visto não apenas como a expressão ou a representação ou o reflexo de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas” (MATIAS, 2008, p.65). Observamos, assim, que o conceito de currículo, mesmo em meio a diferentes concepções, não se expressa apenas diante de uma

cargo, escolhidos pelo alto número de participação nas atividades de elaboração e implantação curricular. Tivemos acesso às listas de frequência do processo de formação continuada da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco através de solicitação feita a membros da gestão da Secretaria de Educação do Estado. Após análise dos mesmos, elencamos como critério para participação na pesquisa, enquanto sujeitos a serem entrevistados, a frequência desses.

8-Apenas dois sujeitos não eram professores de educação física, sendo Gestor Central (Graduação em psicologia, com doutorado em políticas educacionais) e Equipe da SEDE 1 (Licenciatura em matemática com especialização) todos os outros tinham formação em educação física, sendo 6 com especialização, 2 com mestrado e um com doutorado.

abstração teórica e sim na concretude de sua realização, portanto refletindo o sentido da produção de identidades e subjetividades sociais, ou seja, a produção de sujeitos para um determinado projeto de sociedade que se almeja.

Günter (2006) traz considerações sobre currículo à luz da sociologia crítica do currículo, relacionando com poder, ideologia e cultura.

A conformação do currículo é decorrente de uma concepção de mundo e de educação que orienta as decisões em torno da pertinência dos conhecimentos, formas de tratá-los e também da organização do próprio processo de ensino, os tempos e espaços pedagógicos são definidos de forma a priorizar ou limitar diferentes formas de aprendizagem. O currículo corporifica-se, portanto, mediante diferentes modelos e formas de organização, as quais são sistematicamente examinadas por diferentes autores (GÜNTER, 2006, p. 57).

Nesse entendimento, o currículo não é apenas um plano de estudos, um rol de disciplinas, listando conteúdos, mas envolve toda organização do espaço escolar, o conhecimento a ser aprendido por crianças e jovens, a metodologia de ensino, o tempo pedagógico para que o conhecimento seja transmitido, a própria seleção desse conhecimento e o tipo de cidadão que se pretende formar. Em suma, o currículo envolve questões técnicas para o processo de ensino-aprendizagem, como também questões de ordem política nas relações de poder entre os sujeitos.

Essas questões se configuram através da busca do poder, da manutenção do status quo, da busca pela hegemonia de interesses ou da transformação do vigente e da construção de resistências.

Não creio que se possa pensar sobre educação e currículo isentos de poder e das relações que lhe são inerentes, mas, sem dúvida, pode-se buscar concepções e organizações curriculares que viabilizem relações de poder menos desiguais e que se concretizem através de práticas voltadas para a autonomia (GÜNTER, 2006, p.62).

Como, nessas relações, uma prática curricular pode ser voltada para a autonomia? Podemos dizer que se apresenta como uma prática que leva em consideração a realidade, as pessoas, os alunos e a comu-

nidade em que é vivenciado o currículo. Desprendendo-se, assim, daquele currículo prescrito feito por especialistas em gabinetes.

Günter (2006) apresenta uma classificação para currículo dividindo-o em currículo como produto, como prática e como práxis. Como produto tem um enfoque técnico, de caráter prescritivo, tomando o professor como centro das ações a partir de programas padronizados voltados para o aluno enquanto produto dessa ação. A ação docente se vê orientada a partir de uma relação onde a prática depende da teoria e há um controle do ambiente. Tal currículo tem como característica o fato de ser elaborado em instâncias apartadas da realidade. Enquanto prática está orientado pelo processo, em que a situação vivida é permeada de interpretação, de sentidos e significados.

A questão da relação teoria e prática neste caso, difere do modelo anterior. No currículo como prática a teoria adquire um caráter propositivo em relação à ação e não prescritivo como no currículo orientado a partir do interesse técnico (GÜNTER, 2006, p. 64).

O currículo como práxis tem um caráter emancipador tendo a negociação e a problematização como fatores imprescindíveis, assim, uma perspectiva crítica de currículo é permeada pela ação de problematizar, através do diálogo constante, considerando as experiências, tanto do professor, quanto do aluno.

É comum pensarmos o currículo pelo seu caráter prescritivo. Essa característica está relacionada com a política curricular, que considera a distribuição do poder de forma linear. O currículo aqui é entendido como uma seleção cultural transportada para a escola de forma didática, organizada e estruturada, porém de forma abstrata, sendo apenas um documento escrito.

No entanto o currículo não é somente isso, pois forma um arcabouço que legitima e dá vida ao papel da escola. Para Ventura (2001), o professor precisa participar efetivamente na dinâmica curricular, não sendo apenas uma máquina que transmite conhecimento sem nenhuma intervenção, um robô que passa esses conhecimentos de forma mecânica e automatizada.

O professor não pode e não deve ser apenas o (re)passador de conhecimentos produzidos com objetivos e intencionalidades

dos quais ele não participa ou com os quais não concorda. Para tanto, ele deve participar da construção, elaboração ou contextualização dos saberes tidos, da seleção dos conteúdos a ser apreendidos por seus alunos (VENTURA, 2001, p. 70).

Portanto, como nos lembra Ventura (2001, p. 71), “o professor não deve ser objeto, mas, sim, sujeito de seu projeto histórico e do processo histórico no qual está envolvido”.

Para Moreira e Silva (2008), não há neutralidade no que concerne ao currículo, pois esse é carregado de intencionalidade e a produção do conhecimento é exacerbada de sentido/significado. Assim, o currículo é um elemento cultural e social. “Não é mais possível alegar qualquer inocência a respeito do papel constitutivo do conhecimento organizado em forma curricular e transmitido nas instituições educacionais” (MOREIRA; SILVA, 2008 p. 20, 21), esse conhecimento transmitido na escola para alunos e alunas é um conhecimento vivo, pois denota poder de transformação ou conformação social.

O currículo é uma arena política no sentido das possibilidades incertas que podem ser dimensionadas a partir do trato curricular. Também pode ser fechado à participação das pessoas que irão ser beneficiadas por ele, ou seja, uns grupos de iluminados, em gabinetes o elaboram afastando-se da realidade escolar. Ou ele pode ser construído conjuntamente, quando os atores envolvidos levam em consideração a realidade em que estão inseridos.

O(s) documento(s) curricular(es): a educação física em Pernambuco

O atual documento curricular para o ensino da Educação Física na Rede Pública Estadual (PERNAMBUCO, 2010) afirma ter sido fruto de um processo histórico de produções acumuladas no cenário das políticas educacionais estadual dos últimos vinte anos, tomando por base as várias propostas curriculares oficiais desse período de tempo.

A origem se dá com o documento “Contribuição ao debate do currículo em Educação Física: uma proposta para a escola pública” (1989), apresentando-se, no formato de um livreto, como um programa de educação física construído num processo de reflexão coletiva. Essa proposição deu base ao livro Metodologia do Ensino de Educação Física (COLETIVO DE AUTORES, 1992) e compôs, especial-

mente, o seu terceiro capítulo sobre a organização do conhecimento da Educação Física nos ciclos de escolarização em torno dos temas da cultura corporal na perspectiva Crítico-Superadora. Essa perspectiva vai perpassar todos os documentos curriculares a partir de então no estado de Pernambuco, ainda que de formas diferentes.

Em seguida surge, em forma de livreto ainda menor, o documento “Subsídios para a organização da prática pedagógica nas escolas: Educação Física - Coleção Professor Carlos Maciel” (1992), apresentando-se como uma contribuição de um grupo de assessores à escola e ao professor, representando um ponto de partida para as discussões e elaborações, sintetizando bastante a proposta anterior em um brevíssimo tratamento conceitual dos temas da cultura corporal e listando quadros e tópicos de conteúdos.

Na sequência, é elaborado o documento no formato de brochura, “Política de ensino e escolarização básica - Coleção Professor Paulo Freire” (1998), apresentando-se como fruto de um processo de trabalho com 2500 professores da Rede (não só de Educação Física), realizado em dois Fóruns de Ensino que contemplaram as 17 micro-regiões de subdivisão administrativa da rede estadual. Aqui, professores universitários, a partir da escuta da contribuição dos professores da rede estadual, elaboram exemplificações, privilegiando conceitos em glossário, tais como indicadores de desempenho, situação didática e transposição didática. Na Educação Física os exemplos foram em torno do tema ginástica, abordando os conteúdos necessários para a escolarização, desde os movimentos básicos, passando pelos fundamentos da modalidade, até a sua dimensão desportiva.

A Base Curricular Comum para as Redes Públicas de Ensino de Pernambuco - Educação Física (2006) - foi o documento curricular seguinte, apresentando-se como uma matriz por competência para subsidiar os processos de avaliação da rede no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e no Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Pernambuco (SAEPE). O documento foi construído, no período de 2002 à 2006, em quatro encontros com representantes das 17 Gerências Regionais de Educação (GREs) para apresentação de versões preliminares. A última versão, avaliada por pareceristas da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UN-DIME-PE), foi publicada em formato digital distribuída nas escolas em CD-Rom, trazendo competências e descritores para os cinco temas

da cultura corporal, assim como uma ampla reflexão conceitual sobre esses.

Em 2010, foi publicado, em formato digital, no site oficial da Secretaria de Educação, o atual documento curricular, denominado Orientações Teórico- Metodológicas (OTMS). Naquele instante sendo documentos independentes apenas nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física, mas hoje tem as OTMs de todas as disciplinas. O documento se apresenta como fruto de uma ação de ensino-pesquisa-extensão entre uma Universidade e a Rede Pública, elaborado por dentro de um programa de formação continuada em serviço com professores de Educação Física.

Segundo Lorenzini et. al. (2010), para essa construção Curricular, foram sistematizados e efetivados seminários e encontros de formação continuada com professores de Educação Física da Rede e reuniões com os técnicos das GREs. Nessas reuniões, seminários e encontros foram consideradas as produções, sugestões e opiniões dos participantes deste processo. Segundo o documento foram dois seminários de diagnose em junho 2008, cinco seminários de elaboração preliminar entre outubro 2008 e julho 2009, cinco seminários regionais entre setembro de 2009 e maio de 2010, mobilizando inicialmente professores da capital (Recife) e de cidades do interior, e posteriormente professores por polos: Recife, Garanhuns, Petrolina. Tais seminários regionais deram continuidade com mais três eventos por polos regionais no período de fevereiro a agosto 2011, já com a proposta curricular pronta e publicada, investindo na experimentação e reflexão da aplicação do documento em formato de oficinas pedagógicas.

As entrevistas: analisando seus meandros

Encontramos, nas entrevistas, um percurso de passagem de uma perspectiva prescritiva documental à uma interativa prático, no que concerne a concepção do currículo e seu processo de construção na Educação Física em Pernambuco.

Numa perspectiva curricular prescritiva documental, veio à tona o conceito de currículo prescrito como aquela proposta curricular que é feita sem a intervenção dos profissionais que vão efetivá-la na prática pedagógica. Ou seja, uma equipe de assessores ou especialistas senta e produzem determinado currículo encomendado por alguma rede de ensino, por exemplo.

Nós já recebemos pronto todo o material, didático, teórico, de orientação, todo pronto, recebia pronto e se fosse viável, aplicaria nas escolas, se não, lamentava (PR2).

Porque o que eu entendo de currículo prescrito, é aquilo que está descrito, que não necessariamente vai ser de fato trabalhado [...] que nenhum ator do processo educativo participa diretamente da construção deste currículo, ele se distancia do cotidiano, da realidade das escolas [...] Pelo que eu saiba, uma delas foi construída dentro de gabinetes, com a presença de alguns, de uma equipe técnica organizada pela secretaria de educação. E a segunda delas, houve a contratação de uma assessoria técnica externa, junto com uma assessoria técnica interna, para a elaboração [...] Da minha época, eu acredito que só tive acesso àquela coleção Carlos Maciel, da época que eu estou no Estado para cá [...]. Como eu estou dizendo, quando eu entrei no Estado ela já existia, eu recebi e, era como se fosse uma sistematização baseada no Coletivo de Autores, mas não era muito vivenciada, pelo menos para mim não foi explicado como foi feito, foi entregue e não tinha muito impacto na prática não (PR-F2).

As falas se referem às proposições curriculares “Subsídios para a organização da prática pedagógica nas escolas: Educação Física - Coleção Professor Carlos Maciel” (1992) e “Política de ensino e escolarização básica - Coleção Professor Paulo Freire” (1998), devido ao tempo de atuação dos entrevistados e ainda à forma restrita, versão digital, de distribuição da proposta de 2006.

Essas falas denotam o caráter de prescrição no sentido da não participação do professor no processo de construção curricular. A proposta era entregue aos professores para eles repassarem aqueles conteúdos e objetivos oriundos do currículo. Esse tipo de currículo é classificado por Günter (2006) enquanto produto de caráter prescritivo e de enfoque técnico. Além de ter uma característica marcante que é a sua construção em instâncias apartadas da realidade, elaborada por especialistas em gabinete.

Um questionamento sobre essa concepção de currículo prescrito nos inquietou bastante: será que as OTMs de educação física construída na gestão governamental 2007-2010 se constituem num currí-

culo prescrito? No Assessor 3 e Gestor Central, encontramos duas respostas diferentes.

[...] não acho que foi prescrito não. Com essa minha fala anterior, ela já revela a impossibilidade de ser prescrito, porque se nós tivemos a capacidade, vou dizer também, a paciência de ouvir o professor, de ouvir a realidade, de ouvir o chão da escola, eu acredito que jamais poderia ser prescrito (A3).

Para o Assessor 3, as OTMs de educação física não apresentam o caráter prescritivo, pois não foram realizadas a partir de especialistas em gabinetes, mas houve a participação efetiva do professor nessa construção curricular. Esse professor, que vai efetivar na sua prática pedagógica o currículo, é partícipe na elaboração curricular, minimizando o caráter prescritivo do currículo.

Já o Gestor Central apresenta outro posicionamento. Embora afirme que o tipo de currículo apresentado nas OTMs de educação física de Pernambuco tenha o caráter prescritivo, não se distancia do posicionamento do Assessor 3.

Ele finda por ser um currículo prescrito enquanto texto discursivo, ele é uma prescrição, ele está como um documento de prescrição, mas é um documento de prescrição dialogado (GC).

O Gestor Central nos apresenta uma característica de currículo prescrito que não conhecíamos que é o currículo prescrito construído de forma dialogada. Ou seja, os professores que estão na rede de ensino e vão implementar o currículo de volta na escola, são participantes na construção curricular, são ouvidos e efetivamente integraram a elaboração das OTMs, apresentando sugestões de conteúdos, de forma e trazendo suas experiências, o chão da escola, para esse processo.

Podemos concluir, desse embate entre as falas do Assessor 3 e Gestor Central, que, embora as OTMs de educação física do Estado de Pernambuco tenham, enquanto texto, uma “pré-escritão”, não assumem como processo e produto o caráter prescritivo. Por ser um documento elaborado dentro de uma determinada política educacional, possui uma prescrição, mas essa se distancia do que a literatura traz como currículo prescritivo, pois, a elaboração dessas OTMs foi realizada de forma dialogada. Como vimos em Günter (2006), o currículo

prescrito não escuta ninguém, é feito apartado da realidade, em gabinetes por especialistas.

Na perspectiva curricular interativa praxica, temos um entendimento que supera a visão de currículo prescritivo. Vem trazendo a realidade para a construção curricular, traz a vida da escola, o cotidiano escolar. Uma construção em que os responsáveis pela efetivação da prática pedagógica, também são construtores curriculares tanto na fase de elaboração, quanto de ação curricular. O currículo se confunde com a prática pedagógica uma vez que ambos estão interrelacionados.

Currículo para além do rol de disciplinas, o currículo ele é a vida na escola. O currículo é a materialização das intenções político pedagógicas, a seleção, organização e trato do conteúdo, essa distribuição dos conteúdos em séries, ou em ciclos, é a definição do rumo que a escola pretende na formação humana (A2).

Eu entendo como uma dinâmica ou uma ebulição da prática pedagógica, essa dinâmica e essa ebulição vivida na prática pedagógica pelos professores, administradores, pelos alunos, por todos que estão presentes na escola. Essa dinâmica, esse fervilhar, essa é uma relação curricular. Ou seja, o currículo é uma dinâmica que se reflete no que se vivencia na prática pedagógica (A3).

Os Assessores 2 e 3 trazem uma visão curricular interativa, numa relação dialética, em que o conceito de prática pedagógica em si, se confunde com o de currículo, pois, nessa relação o currículo é a vida e a intenção na escola, as aspirações de formação. Isso é ratificado nas palavras de Sacristán (2000), quando diz que currículos são muitas coisas ao mesmo tempo: ideias pedagógicas, estruturação de conteúdos, aspirações educativas e estímulos de habilidades nos alunos.

O Assessor 2 traz questões conceituais do currículo que nos remetem à estruturação de todo movimento que percorre o conhecimento na escola. Quando se diz que o currículo é a “vida na escola”, se refere à dinâmica, ao movimento, se afirma que ele não é um mero documento, uma folha de papel, mas representa toda estruturação da escola, a seleção, a organização e a sistematização do conhecimento.

O Assessor 2 ainda aponta as OTMs de educação física como um processo “dialogicizado termitantemente”, não havendo nenhuma determinação arbitrária, tendo algumas organizações de ordem técnica, mas, os conteúdos e a essência vindos dos professores. Sendo assim é um currículo numa perspectiva interativa prático, como vemos nos depoimentos dos professores da rede abaixo.

Os professores que participaram da formação continuada eles fizeram parte da construção das OTMs, parte integrante [...]. Eu participei a princípio como professora convidada, professora da rede, e dentro do possível, no entendimento, estudo, e organização. Acho que foi esta a minha colaboração. Participando, respondendo questionário, dando informações sobre o trabalho da gente nas escolas (PR2).

Acredito que no momento que a gente, enquanto convidado para participar tanto da elaboração, como das formações continuadas, a gente tenta levar experiências, e através destas experiências a troca de experiências com outros profissionais e aí chegou, chega-se a uma conclusão, que é justamente a aplicação destas OTMs (PR1).

É um currículo crítico e com participação, desta ida e vinda. A importância que eu achei nesta formação, neste documento, é a preocupação, é considerar aquele que está na ponta, o dia a dia com os alunos, e a riqueza que o professor trouxe para este documento (PR-Esp2).

Os professores conseguem enxergar sua prática nessa proposição, pois, como vimos, o professor é partícipe da sua elaboração. Podemos afirmar, dessa forma, que o documento curricular surge da prática curricular vivenciada pelo professor no “chão da escola”. E assim configura-se como uma orientação de retorno ao cotidiano escolar.

Está muito articulado com a questão deste currículo ligado ao currículo vivo dentro da escola, como defendem estes próprios autores e a gente percebe a visão que de fato este conhecimento extrapole o muro da escola e faça uma articulação com a realidade do aluno (PR-Esp2).

Uma organização, uma sistematização no sentido de facilitar o percurso da aprendizagem do aluno durante o tempo que ele vai passar na escola [...] Um currículo é transformação, um diálogo com a prática, não está acabado, está sempre em construção (PR-F2).

Outro aspecto apontado pelos sujeitos de pesquisa para área da Educação Física é o currículo como tempo de escolarização do aluno na apreensão do conhecimento, apresentando uma estruturação de forma espiralada dos conteúdos, porém não etapista. É uma orientação numa perspectiva de currículo ampliado, que abre a participação de outros atores sociais, não sendo uma receita linear de disposição e sequenciamento dos assuntos, e sim uma possibilidade de reflexão pedagógica dos conhecimentos específicos da área.

Seria a organização das aulas, para que você não trabalhe dois conteúdos da mesma forma, o conteúdo, o conhecimento de forma espiralada, seria o crescimento horizontal e vertical ao mesmo momento. Para que não se repita os conteúdos, não se torne enfadonha as aulas de educação física, e ele detenha todo conhecimento ao final do currículo escolar (PR2).

Entretanto, desafios em fazer o documento curricular, a proposta curricular, retornar às aulas são postos também pelos professores.

Passa pela cabeça uma série de questões, desde o conhecimento de coordenação, direção, sobre o conteúdo, até a responsabilidade do professor em abraçar estas OTMs, como defender a disciplina de educação física como parte integrante do currículo de formação do ser humano e colocar em prática. Agora para que coloque em prática, ele precisa ter condições para isto e aí é onde vem a questão política. Para que ela tenha condições, ele precisa de uma direção de escola que entenda todo este processo e que esteja junto com ele para que ele aplique para os alunos. Para colocar em prática ele tem que ter condição para colocar em prática (PR2).

Tanto se aponta a necessidade de uma articulação coletiva com demais sujeitos educacionais, quanto se reivindica as condições objeti-

vas para o trabalho docente. Professores de Educação Física precisam compreender que uma proposta curricular é uma ferramenta importante para sua legitimação no projeto político pedagógico da escola e que, sem conquistar os recursos didáticos adequados para as aulas, a implementação do documento curricular ficaria no mínimo fragilizada.

Eu acredito que a educação física, como a gente já falou de algumas preocupações, da aceitação dos conteúdos e de aplicação. A educação física ainda hoje passa por momentos difíceis com relação a essa política do Estado, eu acredito que o Estado ainda deva fortalecer mais esse processo. A gente percebe que as escolas, mal a gente tem um espaço físico, quando você fala do chão da escola a gente nem encontra o chão, e aí fica difícil para a gente fazer uma aplicação coerente do que manda, do que se pede em educação física (PR1)

Mas os desafios não param nas condições objetivas estruturais, eles também chegam às condições da formação do professor, com as quais o professor gera sua intervenção. Uma proposição curricular interativa prática exige uma aproximação a uma concepção de educação física condizente com seus fundamentos, não podendo permanecer em perspectivas tradicionais, mas buscando maneiras de viabilizar uma perspectiva crítica.

É justamente aplicação, uma das preocupações da gente é justamente a preocupação... é a aplicação desses conteúdos nas aulas de educação física [...] É outra preocupação que a gente tem, porque, quando se discute metodologia, a experiência que temos, que a educação física ela ainda percorre um momento de transformação desse processo porque, muitos profissionais de educação física ainda se utilizam de métodos tradicionalistas, métodos tradicionais, utilizando o tecnicismo e aí a gente percebe que uma construção dentro dessa perspectiva crítica superadora, até para os próprios alunos, a gente vai encontrar dificuldade de realizar este processo de mudança (PR1).

Especificamente sobre as OTMs de educação física do Estado de Pernambuco, o Gestor Central, nos diz que:

Elas foram construídas neste movimento de formação de professor, articulando o currículo e a formação o tempo todo e não num gabinete, a gente poderia ter contratado uma assessoria e imediatamente fazer um currículo, mas que legitimidade teria isto (GC).

As OTMs são uma construção curricular em que há uma dinâmica entre currículo e a formação continuada é uma elaboração onde esta dinâmica está sempre presente. É um texto discursivo com a intenção da formação de identidades.

Eu percebo que as OTMs justamente vêm para dá um norte para a educação física no Estado de Pernambuco, vêm norteiar e ao mesmo tempo em que norteiam vêm servir como elementos facilitadores, para aplicação destes conteúdos. A princípio eu enxergo como ações norteadoras que vão trabalhar na intenção de facilitar, a elaboração do programa de ensino da educação física e facilitar o processo das aulas dos profissionais de educação física (PR1)

Um documento/proposta curricular, portanto, constitui um aporte teórico-metodológico que subsidia a prática pedagógica do professor, no que concerne a sistematização do conhecimento específico desse componente curricular na escola.

O currículo, então, é tanto objeto de apropriação e assimilação particular e individual, social e coletiva do conhecimento acumulado na história da humanidade, como expressão da força de trabalho, do caráter produtivo dessa humanidade. Sendo assim, é necessário superarmos, cada vez mais, os currículos prescritivos normativo-racionalistas e construirmos um currículo emancipatório, que reconhece, propicia e solicita o potencial produtor dos sujeitos educacionais (SOUZA JÚNIOR; SANTIAGO; TAVARES, 2011, p. 193).

Diante dos achados e das análises de pesquisa, pensamos uma proposta curricular como uma fonte epistemológica para a seleção, a organização e a sistematização do conhecimento, como objeto de

referência da teoria e prática pedagógicas, tanto oferecendo os fundamentos à ação docente, como refletindo o cotidiano escolar.

Conclusão

Percebemos na literatura, nos documentos curriculares e nas entrevistas que o currículo vai além de uma listagem de conteúdos e formas a serem usados por professores como guia para suas aulas e ainda mais além de um rol de assuntos a serem aprendidos pelos estudantes. O currículo explicita o todo do processo da prática pedagógica, a intencionalidade educacional e tudo mais que está envolvido nela.

A construção das OTMs de educação física da rede estadual de Pernambuco se deu pela participação efetiva dos professores no processo, não apenas como convidados a se fazerem presentes, mas convocados a responsabilizarem-se pela seleção e organização dos conteúdos a serem sistematizados no retorno ao “chão da escola”.

Nos conteúdos, em suas intencionalidades e em tudo mais que envolve o trato curricular, há uma efetiva participação de parte expressiva dos professores da Rede que frequentaram a formação continuada em serviço. No entanto, é também um desafio que a totalidade dos professores seja convocada à participação na continuidade do processo, tanto na corresponsabilidade de sua implementação, como de sua intermitente crítica e reelaboração.

Esperamos que a gestão central efetive uma implementação dessa proposta à luz dos mesmos aspectos da perspectiva interativa praxica e que os professores possam manter esse diálogo com seus alunos, na efetivação desse currículo, minimizando possíveis distanciamentos entre o documento curricular e o cotidiano escolar.

Curriculum of the physical education network state Pernambuco

Abstract

This study has the objective to analyse the Physical Education curriculum of the public schools network in the state of Pernambuco. Methodologically, it consists of a qualitative research, using the study of literature, of curriculum documents and statements collected by means of a semistructured interview with subjects that participated in the construction process of the present curriculum proposition and the content analysis for the inferences and interpretations of data regarding the object of study. As a conclusion, we recognize aspects of a curriculum in a practical and interactive conception, built in a relation between theory and practice and with

the participations of many social actors, especially the effective integration of teachers in curriculum construction.

Keywords: Curriculum. Physical Education. Training.

Educación física y el plan de estudios de la red estado de Pernambuco

Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar el plan de estudios de educación física en las escuelas públicas de Pernambuco. Metodológicamente, se ha desarrollado a través de una pesquisa cualitativa, mediante el estudio de los documentos curriculares, bibliografía y testimonios recogidos por medio de entrevistas semi-estructuradas a los sujetos en la construcción de la actual (2012) plan de estudios y análisis de contenido categórico por temática para las inferencias e interpretaciones de los datos ante su objeto de estudio. En conclusión, somos conscientes de los aspectos de un plan de estudios con un diseño praxis interactiva, construida sobre una relación entre la teoría y la práctica y con la participación de diversos actores sociales, en particular, la integración efectiva de los docentes en la construcción curricular.

Palabras clave: Currículo. Educación. Entrenamiento Físico.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 11º ed. Campinas: Papiros, 2004.

BARDIN, L. **A análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

GUNTER, M. C. C. **A prática pedagógica dos professores de educação física e o currículo organizado por ciclos: um estudo na rede municipal de ensino de Porto Alegre**. 2006. Tese (Doutorado em Educação Física) – Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, UFRGS, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12565/000630757.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 out. 2012.

LORENZINI, A. R. et al. Programa de formação continuada em educação física: sujeitos, processos e produtos. In: TERRA, D. V.; SOUZA JÚNIOR, M. (Orgs.). **Formação em Educação Física & Ciências do Esporte: Política e Cotidiano**. São Paulo/Goiânia: Hucitec/CBCE, 2010. p. 141-173.

MATIAS, V. C. B. de Q. A transversalidade e a construção de novas subjetividades pelo currículo escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v.8, n.1, pp.62-75, Jan/Jun 2008. Disponível em: <<http://www.curriculo-semfronteiras.org/vol8iss1articles/matias.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2012.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. **Base Curricular Comum para as Redes Públicas de Ensino de Pernambuco - Educação Física**. Recife: SE-PE e UNDI-ME-PE, 2006. (arquivo digital PDF – Adobe Acrobat).

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Coleção Paulo Freire: Série política de ensino**. Recife: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Recife: SEE- PE, 1998.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Contribuição ao debate do currículo em Educação Física: uma proposta para a escola pública**. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco. Recife: SEE-PE, 1989.

PERNAMBUCO. **Orientações Teórico- Metodológicas - ensino fundamental: Educação Física; Ensino Fundamental e médio**. Recife: Secretaria de Educação, 2010. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/upload/galeria/750/otm_educacao_fisica2010.pdf>. Acesso em: 172 set. 2012.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Subsídio para organização da prática pedagógica nas escolas: Educação física**. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco. Recife: SEE- PE, 1992.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOUZA JÚNIOR, M.; SANTIAGO, E.; TAVARES, M.. Currículo e saberes escolares: ambiguidades, dúvidas e conflitos. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 183-196, jan./abr., 2011.

VENTURA, P. R. V. Currículo e Prática Pedagógica da Educação Física. **Pensar a Prática**, Goiânia, vol. 4, p. 67-80, Jul./Jun., 2001. Dis-

ponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/feff/article/viewFile/77/75>>. Acesso em: 17 out. 2012.

Recebido em: 21/01/2011

Revisado em: 13/06/2011

Aprovado em: 28/11/2011

Endereço para correspondência

m.souzajr@uol.com.br

Marcílio Souza Júnior

Universidade de Pernambuco

Escola Superior de Educação Física

Departamento do Conhecimento Técnico Científico.

Arnóbio Marques, 310 - Campus Universitário.

Santo Amaro

50100-130 - Recife, PE - Brasil